

DAVID MARTELO

Da guerra à paz na Argélia

De Gaulle e a lição perdida por Spínola



EDIÇÕES SÍLABO

Que de Gaulle se vê a si próprio como uma personagem de Shakespeare e como o herói de uma grande história manifesta-se claramente de cada vez (e são muitas) que fala de si na terceira pessoa. O general de Gaulle fica sob o olhar do general de Gaulle, que o observa, o julga, o admira por ser tão diferente de todos os outros homens.¹

⁽¹⁾ GRIMBERG, Carl, *História Universal* – vol. 20, p. 188.

Da guerra à paz na Argélia

**De Gaulle e a lição
perdida por Spínola**

David Martelo

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor. Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos. O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Sílabo na rede
www.silabo.pt

FICHA TÉCNICA:

Título: Da guerra à paz na Argélia – De Gaulle e a lição perdida por Spínola

Autor: David Martelo

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

Imagens da capa:

António de Spínola – Pinto e Barata| Museu da Presidência da República

Charles de Gaulle – Biblioteca do Congresso Norte Americano

1ª Edição – Lisboa, abril de 2024.

Impressão e acabamentos: Europress, Lda.

Depósito Legal: 531066/24

ISBN: 978-989-561-370-0



EDIÇÕES SÍLABO, Lda.

Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Prólogo	9
Siglas	19
Capítulo 1	
Guerra na Argélia	21
Ténue resistência interna	29
O impacto internacional da guerra na Argélia	33
O general de Gaulle como solução política	37
Capítulo 2	
1º Tempo – Da chegada ao poder	45
A prudente ambiguidade	47
Capítulo 3	
2º Tempo – Da ilusão de que a simples mudança de regime levaria à paz	55
Capítulo 4	
3º Tempo – Da «paz dos bravos»	71

Capítulo 5

4º Tempo – Da admissão da autodeterminação	87
16 de setembro de 1959	91
A reação do GPRA às propostas de 16 de setembro	101
A semana das barricadas	106
O «Nó Górdio» da descolonização	115

Capítulo 6

5º Tempo – Da fórmula para obter o cessar-fogo	119
Primeiras negociações	124
A «clarificação da atmosfera»	132
O referendo de janeiro de 1961	137
Retomadas as negociações com a FLN	140
O <i>putsch</i> dos generais	144

Capítulo 7

6º Tempo – Do cessar-fogo, mediante a cedência às exigências do(s) partido(s) que guerreava(m) a potência colonial	153
Conversações e impasse	154
O impasse na versão portuguesa de 1974	163
Flexibilização de posições	165

Capítulo 8

7º Tempo – Da negociação da transferência de poderes

171

Acordo para um cessar-fogo

173

O destino dos *harkis* e dos *pés-negros*

176

Referendo e independência

178

Epílogo

183

Cronologia

191

Bibliografia

195

Prólogo

Com Portugal tendo que enfrentar problemas tão complexos como os da França em 1958, Spínola pode provar ser um de Gaulle português.

Memorando da CIA – Europa Ocidental – 08-05-1974¹

Em 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas lançou uma operação militar com o objetivo de derrubar o regime ditatorial do Estado Novo, devolver a liberdade ao povo português e pôr termo às guerras de tipo colonial que decorriam em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. A ação dos *Capitães de Abril* e dos homens que então comandaram deu origem a um processo revolucionário de transição para a Democracia e, no tocante aos territórios ultramarinos, a múltiplas negociações que, atravessando diferentes vicissitudes, redundaram na independência dos mesmos.

A descolonização – como genericamente nos referimos aos processos que puseram termo à administração portuguesa desses territórios de África e, anos mais tarde, de Timor-Leste – deixou um registo histórico pleno de dificuldades e sofrimentos humanos, levando muitos dos que dela foram contemporâneos a lamentar o seu desenlace e, sobretudo, a pôr em dúvida que o processo tivesse decorrido de forma honrosa para Portugal. Não faltaram os que classificaram a descolonização como «vergonhosa» e, até, como uma «traição» à Pátria.

Basicamente, os acontecimentos de 1974-75 nas antigas colónias portuguesas de África podem ser censurados em valor absoluto e

⁽¹⁾ <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP80B01495R000600050009-5.pdf> Consultado em 15-12-2023.

em valor relativo. Assim, no primeiro caso, poderíamos afirmar que, por exemplo, a descolonização do Gana (1957) se processou de forma muito mais honrosa do que a da Guiné-Bissau, levando à conclusão de que essa diferença resultava de, no primeiro caso, não ter sido necessária uma guerra de independência, uma vez que a potência colonial, a Grã-Bretanha, aceitara atempadamente a auto-determinação da colônia. Neste tipo de apreciação, toda a censura caberia ao regime do Estado Novo, que não soubera evitar a deflagração de uma guerra de independência.

Para poder ser feita uma reprovação de valor relativo, o caso das descolonizações de Angola, Guiné e Moçambique tem de ser comparado com um processo de independência que tenha, igualmente, sido precedido por um conflito de longa duração. E, lançando um olhar à história do século XX, em África, só encontramos uma situação análoga – a guerra da Argélia, que se iniciou em novembro de 1954 e terminou, em março de 1962, com um acordo para a independência do território administrado pela França.

É esta comparação que o autor pretende fazer nas páginas que se seguem, para que os leitores possam aquilatar o *grau de inabilidade comparada* entre os dois processos. Ao mesmo tempo, é recordado o papel saliente que tiveram, na criação das condições para a paz, os generais Charles de Gaulle e António de Spínola, procurando estimar até que ponto a ação do primeiro viria a influenciar o procedimento do segundo.

Apesar de terem percorrido itinerários políticos distintos, durante os séculos XIX e XX, Portugal e a França encontraram-se, nos anos que se seguiram ao final da 2.^a Guerra Mundial, envolvidos na gestão de um império colonial que, justamente, seria afetado pelo vendaval da história que proporcionaria as independências dos povos colonizados.

Enquanto as outras potências colonizadoras – Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda e Espanha – se conformaram a libertar os povos que dominavam, com pequena ou nenhuma eclosão de luta armada, a França entrara na segunda metade do século XX com um problema colonial na Argélia, território do ultramar, de população

maioritariamente árabe, mas que não considerava como colónia, mas sim o conjunto de doze departamentos da República Francesa. Havia nesta atitude duas razões que favoreciam a diferenciação em relação aos outros territórios ultramarinos agrupados na África Ocidental Francesa, na África Equatorial Francesa, na Somália e em Madagáscar: uma muito maior proximidade geográfica da Metrópole e o facto de ali se ter fixado uma larga comunidade de raiz europeia – cerca de um milhão de residentes, para uma população total de dez milhões de habitantes.

Estes dois últimos aspetos originaram um conjunto de circunstâncias próprias que, por si sós, diferenciam significativamente a problemática colonial da Argélia da que, posteriormente, veio a verificar-se em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Mas que, apesar disso, conduziram a semelhanças algo surpreendentes nos processos para alcançar a paz e as soluções políticas finais.

Portugal, a uma escala mais pequena, colonizara três territórios no continente africano – Guiné-Bissau, Angola e Moçambique –, sendo que, nos dois últimos, existiam, também, comunidades significativas de origem europeia. A estas comunidades, como referiu o general Spínola, nunca fora permitido «organizar nos territórios ultramarinos movimentos políticos na defesa dos legítimos interesses de largos e diversos setores da população»¹, diferentemente do que sucedera na Argélia. Assim, a população de origem europeia encontrava-se, logo após o 25 de Abril, numa situação comparável, mas muito mais desprotegida politicamente do que a da Argélia após a chegada do general de Gaulle ao poder. As semelhanças com o caso francês quase se reduziam à existência de uma presença significativa de europeus, tão diferentes eram as condições de localização geográfica e de meios para desenvolver e defender os territórios em causa.

A emergência de duas superpotências, Estados Unidos da América e União Soviética, após o final da 2.^a Guerra Mundial, igualmente interessadas na dissolução dos impérios ultramarinos euro-

(1) SPÍNOLA, António de, *País Sem Rumor*, p. 255.

peus, criou uma pressão política e moral de enorme intensidade a favor da independência política dos territórios não-autónomos, a qual seria responsável pela progressiva retirada da presença europeia da generalidade dos países africanos e asiáticos até então submetidos ao domínio colonial.

Essa retirada efetivou-se, maioritariamente, antes de meados da década de 1960 e foi encarada, nas respetivas Metrópoles, com sentimentos que variaram entre acusações de traição e expressões de grande alívio, porque quase todos os europeus esclarecidos percebiam que a solução de retirar não constituía, em si mesma, o início de uma era de grande felicidade para os novos países. O general de Gaulle, já como presidente da França, viria a ter, perante Alain Peyrefitte, um significativo desabafo acerca do que pensava sobre o alijamento do fardo colonial:

Acha que eu não sei que a descolonização é desastrosa para a África? Que a maior parte dos africanos está longe de ter alcançado a nossa Idade Média europeia? Que são atraídos pelas cidades como os mosquitos pelas lâmpadas e que a savana vai regressar ao estado selvagem? Que vão outra vez conhecer as guerras tribais, a bruxaria, a antropofagia? Que quinze ou vinte anos a mais de tutela nos teriam permitido modernizar a sua agricultura, dotá-los de infraestruturas, erradicar completamente a lepra, a doença do sono, etc.? É verdade que esta independência é prematura! É verdade que ainda não aprenderam a democracia! Mas o que é que quer que eu faça? Os americanos e os russos acham que têm vocação para libertar os povos oprimidos e encorajam-nos a exigir cada vez mais. É a única coisa que têm em comum. Os dois supergrandes apresentam-se como os dois anti-imperialistas, quando, na verdade, se tornaram os dois últimos imperialistas. Sopra um vento de loucura sobre o mundo. O que devia ter sido escalonado ao longo de cinquenta anos consumou-se em dois ou três meses. Mas não nos podíamos opor. Não nos vamos dar ao luxo de entrar em novas guerras. E, além disso, sabe, para nós é uma oportunidade: libertar-nos desse fardo que

já não podemos suportar, agora que os povos mostram uma sede cada vez maior de igualdade!¹

O certo é que nem a França nem Portugal lograram reconhecer, de imediato, que a resistência armada ao desejo de independência da Argélia, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique redundaria em pura perda de tempo, de vidas e de bens.

A Guerra da Argélia – como ficou conhecido o conflito colonial travado naquele território entre 1954 e 1962 – podia ter constituído um repositório de ensinamentos para a condução da política ultramarina portuguesa, desde a eclosão da mesma até ao processo de negociações que lhe veio a pôr termo. Almeida Santos, que, imediatamente após o 25 de Abril, viria a ser ministro da Coordenação Interterritorial, e acompanharia de perto os procedimentos que conduziriam ao fim do Império, aludiu aos acontecimentos da Argélia nos seguintes termos:

A insurreição começara por ser um fogacho e acabara por converter-se numa labareda: soprada de dentro por sentimentos comuns aos de todos os povos colonizados, e soprada de fora por forças que não poupariam as colónias portuguesas.

Tudo, assim, induzia a recear que as mesmas causas produzissem os mesmos efeitos. Mas não! Salazar continuava a acreditar no milagre português. E a independência da Argélia já o encontrou petrificado por dentro. Não o estaria tanto Marcelo Caetano, mas deixou-se aprisionar por quem, na direita política e sobretudo militar, igualmente o estava.

Acresce que a França, com o milhão de franceses que tinha na Argélia, havia atingido um nível de progresso económico que fazia da Argélia um dos mais avançados territórios em desenvolvimento.

Por outro lado, enquanto Portugal viu crescer o seu isolamento no concerto das nações, e a execração de que ia sendo objeto por parte da opinião pública universal, a França manteve sempre intacto o seu prestígio externo e o seu lugar no mundo.

(1) PEYREFYTTE, Alain, *C'était de Gaulle*, p. 1056.

Enfim, para não ir mais longe, nunca o esforço de guerra da França na Argélia se abeirou sequer dos cinquenta por cento do seu orçamento, ao contrário do que aconteceu no nosso caso.

Eis porque considero *a experiência da descolonização da Argélia o exemplo dos exemplos e o aviso dos avisos*.¹

O comentário de Almeida Santos não podia ser mais certo. Mas a importância do tema, para Portugal, também resulta de ser o desfecho da guerra da Argélia fortemente desconhecido pelos portugueses, retirando-lhes a possibilidade de refletir sobre esse conflito e fazer algumas convenientes comparações com o encerramento do império ultramarino português.

A presente obra procura ser, portanto, no essencial, uma reflexão sobre essa Guerra da Argélia – *cujá evocação constitui o cenário principal deste texto* –, salientando, sempre que for adequado, as implicações políticas e militares da guerra que Portugal sustentou em Angola, Guiné e Moçambique, entre 1961 e 1975, geradoras de situações de algum modo comparáveis, muito especialmente os acontecimentos e decisões que conduziram ao estabelecimento da paz.

Se os dois conflitos tivessem decorrido contemporaneamente, a França teria todas as vantagens, uma vez que a insurreição abrangia um único território, de menores dimensões, com maior percentagem de população europeia e situado a muito mais curta distância da Metrópole. Além disso, a França conseguiu mobilizar para a Argélia forças que chegaram a atingir os 500.000 homens, quando Portugal nunca chegou a reunir, nos três Teatros de Operações (TO), mais do que 150.000.

Todavia, quando analisamos os acontecimentos relacionados com os processos de paz, damos conta de que o argelino se concluiu em 1962, ou seja, cerca de doze anos antes de se iniciar a descolonização proporcionada, em Portugal, pela revolução de 25 de Abril de 1974. Nestas condições, *o conhecimento do processo franco-arge-*

(1) SANTOS, António A., *Quase Memórias – Do colonialismo e da Descolonização*, 1º Volume, p. 144. Sublinhado nosso.

lino podia, e devia, ter constituído um alerta para a condução da política que visava pôr fim à guerra em Angola, Moçambique e Guiné. A verdade é que seria bem provável que, se se insistisse em seguir as pisadas do governo francês, se obtivessem os mesmos insucessos iniciais, obrigando Portugal a alcançar o cessar-fogo em cada território após ter cumprido as mesmas hesitações e cedências que haviam retardado o cessar-fogo na Argélia.

Tendo em consideração a destacada presença, nos dois cenários em causa, das figuras dos generais e presidentes Charles de Gaulle e António de Spínola, não é sequer original, da parte do autor, o tratamento comparativo que irá fazer. Muitas foram as personalidades que, nas primeiras horas após a revolta de 25 de Abril de 1974, se sentiram atraídas pela ideia desse cotejo. Logo em 3 de maio, o *New York Times*, em Editorial, destacava a mudança política em Portugal e salientava:

O projeto do general António de Spínola para conceder a autonomia aos territórios portugueses em África, no seio de uma federação com a terra-mãe, pode constituir uma pousada a meio caminho para a independência completa de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. [...] A semelhança entre a ideia da federação e o conceito da comunidade francesa do general Charles de Gaulle, nos anos 50, é flagrante...¹

A mesma perceção seria manifestada, no dia seguinte, pelo diário espanhol *La Vanguardia*:

*Ahora viene el general Spínola y toma sobre si el empeño de poner término a la guerra colonial o iniciar los trámites de la autodeterminación. Repito: igual que de Gaulle en Argelia. Y no ay razones para pensar que el resultado final sea muy diferente.*²

(1) *Diário de Lisboa*, 03 de Maio de 1974.

(2) *La Vanguardia Española*, 04-05-1974, p. 25. (Citado em SANTIAGO, M^a José. *O 25 de Abril e o Conselho de Estado – A Questão das Actas*, p. 178.)

E, não seria unicamente o resultado final, pois também seriam copiadas as metas intermédias, na ilusão de que aplicando o mesmo método se chegaria a um resultado diferente.

No meio de diversas circunstâncias que permitem encontrar semelhanças entre Charles de Gaulle e António de Spínola, temporalmente centradas nos episódios da fundação da V República e no período de cerca de cinco meses em que o segundo foi presidente da República Portuguesa, importa ter presente que ambos se confrontavam com duas tarefas simultâneas: a criação de uma *nova república* e a solução de um *problema ultramarino*. Na sua qualidade de figuras históricas e de heróis nacionais, garantiam ambos que o que preconizassem estaria isento da acusação de traição. Nesta semelhança existe, contudo, uma diferença de tomo: em termos de prioridades, de Gaulle privilegiava a nova república, enquanto Spínola se focava essencialmente na condução da solução ultramarina. Eram as carreiras militares de cada um deles a servir de bússola para o caminho a seguir. Por outro lado, deve sublinhar-se que de Gaulle, como grande figura histórica do século XX, dispunha de uma legitimidade institucional e de um prestígio pessoal que Spínola, tendo em muito menor grau, ainda tinha de partilhar com os *capitães de abril*, que, a breve trecho, com ele conflituariam. De Gaulle, protagonista de uma rotura revolucionária, em junho de 1940, estava muito mais próximo das características humanas dos *capitães de abril* do que Spínola, o qual, na sua histórica tentativa de se libertar do regime do Estado Novo, respeitara, no limite, o que a disciplina lhe impunha.

Mas, ainda assim, não deixaram de alimentar ilusões semelhantes, de serem obstinados enquanto puderam e de se conformarem com o insucesso das suas políticas. Spínola teve a sorte de conhecer o desenlace do caso da Argélia, mas desperdiçou completamente essa vantagem ao pretender, numa situação bastante mais desfavorável, aplicar o mesmo roteiro, imaginando que poderia ser bem-sucedido onde de Gaulle fora obrigado a sucessivas cedências.

DAVID MARTELO. É oficial do Exército (coronel) reformado. Nascido em 1946, em Viseu, ingressou na carreira militar em 1963, mantendo-se no ativo até 1995. Encetou, então, a sua atividade como escritor, privilegiando o debate dos temas de defesa contemporâneos e a história militar. É autor das seguintes obras: *O Exército Português na Fronteira do Futuro*, *As Mágoas do Império*, *A Espada de Dois Gumes*, 1974 – *Cessar-Fogo em África*, *O Cerco do Porto*, *Os Caçadores*, *A Dinastia de Avis e a construção da União Ibérica*, *Origens da Grande Guerra*, *A imprevidência estratégica de Salazar – Timor 1941/Angola 1961 e 25 de ABRIL – Do golpe militar à revolução na forma tentada*. Para as Edições Sílabo, traduziu e prefaciou, entre outras, as três principais obras de Maquiavel (*O Príncipe*, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e *A Arte da Guerra*), a *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides, *Memórias Autobiográficas*, de Garibaldi, e *Autobiografia*, de Mussolini. É membro efetivo do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar. De 2007 a 2012, foi membro do Comité Bibliográfico da Comissão Internacional de História Militar.

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 proporcionou a instauração de um regime democrático em Portugal, o fim da guerra em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique e a descolonização dos territórios sob administração portuguesa em África e na Oceânia. Essa retirada do Ultramar deixou um registo histórico pleno de dificuldades e sofrimentos humanos, levando muitos dos que dela foram contemporâneos a lamentar o seu desenlace e, sobretudo, a pôr em dúvida que o processo tivesse decorrido de forma honrosa para Portugal. Não faltaram os que classificaram a descolonização como «vergonhosa» e, até, como uma «traição» à Pátria. Para chegar a um correto julgamento, é indispensável conhecer a forma como a França se retirou da Argélia, após oito anos de guerra, porque é o único processo de descolonização que permite uma comparação com o processo de obtenção da paz e as descolonizações conduzidas pelo governo português. Nesses dois processos, destacaram-se as figuras dos generais Charles de Gaulle, presidente da França, e António de Spínola, presidente de Portugal, que, de igual modo, aqui são colocadas em paralelo. Na condução das diligências para a obtenção da paz em África, Spínola copiaria as metas intermédias utilizadas por de Gaulle, na ilusão de que, aplicando o mesmo método, seria capaz de chegar a um resultado diferente. Não chegou.

ISBN 978-989-561-370-0



776